



PESSOAS
2030

PROGRAMA DEMOGRAFIA,
QUALIFICAÇÕES
E INCLUSÃO

Ata da 6.ª Reunião do Comité de Acompanhamento

Lisboa, 10 de março 2025

No dia 10 de março de 2025, pelas 15h00, realizou-se a 6ª Reunião do Comité de Acompanhamento (CA) do PESSOAS 2030 (Programa Demografia, Qualificações e Inclusão), no Altis Grande Hotel, em Lisboa, tendo comparecido os elementos identificados na lista de presenças anexa à presente Ata (cf. Anexo I - Lista nominal de presenças por organismo), representando 59% dos membros com direito a voto.

Nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento Interno do CA, a reunião foi presidida por Joaquim Bernardo, Vogal Executivo da Comissão Diretiva (CD) do PESSOAS 2030, em substituição da presidente do CA do PESSOAS 2030, Ana Coelho, a qual, por motivos inultrapassáveis e de última hora, não conseguiu estar presente, e coadjuvada pela também Vogal Executiva da CD, Sandra Tavares.

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento Interno do CA, a ordem dos trabalhos foi previamente comunicada aos membros do CA, por escrito, em sede de convocatória, contemplando os seguintes pontos:

1. Aprovação da proposta de Ordem de Trabalhos e outras informações
2. Ponto de situação da implementação do PESSOAS 2030
3. Revisão Intercalar do PESSOAS 2030 (de acordo com o artigo 18.º d RDC)
4. Proposta de reprogramação do PESSOAS 2030
5. Outros assuntos

A reunião foi oficialmente aberta por **Joaquim Bernardo** agradecendo a todos os membros pela sua presença.

1. Aprovação da proposta de Ordem de Trabalhos e outras informações

Joaquim Bernardo colocou à consideração dos membros a proposta de ordem de trabalhos previamente comunicada, questionando se pretendiam abordar algum ponto adicional ou efetuar algum comentário inicial. Na ausência de resposta, foi a ordem de trabalhos dada como aprovada.

Informou que iria ser feita uma abordagem conjunta ao segundo e terceiro pontos da ordem de trabalhos, uma vez que o ponto de situação da implementação do PESSOAS 2030, na prática, é uma peça do próprio Relatório de Revisão Intercalar, pelo que propôs que só no final da apresentação do terceiro ponto fosse dado espaço ao debate.

Questionou, em conformidade com o previsto no n.º 4 do artigo 3.º do Regulamento do CA, sobre a existência de algum impedimento ou conflito de interesses dos membros do CA com direito a voto relativamente aos pontos da ordem de trabalhos, em particular no que respeita à proposta de reprogramação, uma vez que este seria o documento sujeito a apreciação e aprovação na reunião.

Na ausência de manifestações a este respeito e antes de entrar no segundo ponto da ordem de trabalhos, passou a palavra ao **representante da Comissão Europeia (CE), Laurent Sens**, que iniciou a sua intervenção agradecendo o convite e todo o trabalho inerente à organização da reunião, começando por relembrar dois pontos políticos da recente comunicação efetuada pela Comissão.

O primeiro relativo à Bússola para a Competitividade que foi adotada pela CE em janeiro de 2025, em particular para a medida relacionada com a promoção de competências e emprego de qualidade, enquanto meio para de promoção também de uma maior justiça social. Considera que este é um bom resumo do que o PESSOAS 2030 apoia, o que é muito interessante para todos, membros ou não deste Comité.

O segundo ponto importante foi comunicado mais recentemente pela CE, a 6 de março, e relaciona-se com o Plano de Ação da União das Competências. A questão das competências está novamente no centro das preocupações da Comissão no mandato atual e esta comunicação define a agenda em termos de competências básicas sólidas, incluindo as competências digitais, de aprendizagem ao longo da vida e de reconhecimento de competências entre os países europeus. São documentos muito importantes, encorajando, por isso, os membros à sua leitura.

Referiu que a Revisão Intercalar será amplamente discutida na reunião, salientando a sua importância, bem como a necessidade de manter o foco no que são os objetivos do programa, de Portugal e do desenvolvimento da União Europeia. O input dos membros do CA é muito importante para assegurar que o programa se encontra devidamente desenhado para fazer face aos desafios que estão à nossa frente.

Terminada esta intervenção, e não existindo outros membros que quisessem intervir, **Joaquim Bernardo** passou para o segundo ponto da ordem de trabalhos não sem antes informar que a sessão seria gravada.

2. Ponto de situação da implementação do PESSOAS 2030

Joaquim Bernardo referiu que o ponto de situação da implementação do programa tem por base dados financeiros reportados a 31/01/2025 e dados físicos reportados a 31/12/2024, sem prejuízo de poderem ser feitas referências a informação mais atual ao longo da apresentação.

Os membros do Comité tiveram acesso prévio à informação apresentada na reunião, pelo que foi dado destaque aos principais dados em termos de implementação do programa e, depois, em termos de Revisão Intercalar, sendo apresentados alguns pontos complementares que fazem parte do relatório.

A sua exposição encontra-se suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 3 a 24), tendo começado por destacar o número de pessoas que já foram apoiadas ou que se encontram a ser apoiadas pelo PESSOAS 2030, que ascende quase a meio milhão, verificando-se uma maior predominância das mulheres.

Mencionou também o elevado número de avisos publicados e o volume muito significativo de candidaturas apresentadas e aprovadas, quer em termos de número, quer ao nível do montante de financiamento. Neste contexto, sublinhou a colaboração dos organismos intermédios, aos quais aproveitou para agradecer o trabalho que têm vindo a desenvolver, em conjunto com a Autoridade de Gestão (AG), que permitiu chegar a este interessante nível de implementação do Programa.

Destacou o número de operações em execução a 31/01/2025, algumas ainda no âmbito do mecanismo extraordinário de antecipação (MEA) do Portugal 2030 (PT 2030), tendo agradecido à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C) o apoio dado no enquadramento dessas operações no PT 2030, assim como o volume muito significativo de operações decorrentes de Avisos lançados já no âmbito do PESSOAS 2030. Referiu ainda os valores do Fundo Social Europeu + (FSE+) referentes à execução alcançada, quer em termos de compromisso assumido, quer em termos de pagamentos, tendo salientado que estes valores colocam o PESSOAS 2030 numa posição de destaque no contexto dos programas do PT 2030.

No que respeita à execução alcançada, deu nota do elevado número de pedidos de pagamento aprovados, o qual é revelador do grande esforço de toda a equipa do programa e dos organismos intermédios, sem prejuízo dos constrangimentos e dificuldades existentes, e do facto de alguns desses pedidos de pagamento serem relativos a operações aprovadas ao abrigo do MEA.

Em termos de indicadores financeiros destacou que cerca de dois terços do programa está com dotações alocadas em sede de concurso, sendo que apenas as prioridades I e IV estão abaixo da média total do programa, ainda que com valores também relevantes e significativos.

Realçou a taxa de compromisso alcançada a 31/01/2025, pouco abaixo dos 50%, igualmente com as prioridades I e IV a registarem taxas de compromisso mais baixas, situação que se prevê que venha a aumentar rapidamente em virtude da implementação de algumas tipologias chave associadas a essas prioridades.

Em termos de execução referiu as diferenças entre as prioridades, com destaque para as prioridades II e V que registam as taxas de execução mais elevadas, acima da média, salientando o apoio às bolsas da ação social do ensino superior no âmbito da prioridade V. Anotou duas situações relativas a prioridades em que a taxa de execução ainda é baixa: na prioridade III, relativa à formação de adultos, em particular no que respeita às formações modulares certificadas, concurso que já está completamente fechado em termos de decisão e cujas operações estão, neste momento, a começar a reportar a execução; e na prioridade VI, do combate à privação material, na qual, apesar de já haver execução no terreno, a mesma ainda não se encontra vertida, em termos de reporte, no sistema de informação. Estas situações apontam para que as taxas de execução nestas prioridades tenham rapidamente um crescimento muito relevante.

Fez também referência ao volume já muito significativo de pagamentos nesta fase de implementação do programa.

No que concerne à despesa certificada destacou que se encontra em fase de submissão o quarto pedido de pagamento à CE, encontrando-se na AD&C para revisão final, e, no que respeita à monitorização da Regra N+3, ressaltou a grande tranquilidade com que será cumprida, sendo provavelmente superado o valor mínimo que a regra exige.

Em termos de indicadores de realização do programa sublinhou que nas prioridades I e II já existe um nível de metas de realização muito significativo, apesar do reporte da execução física ter observado, até à data, algumas limitações por questões relacionadas com o

sistema de informação, as quais estarão, em breve, superadas. Esses níveis de execução encontram-se muito alavancados pelas operações executadas ao abrigo do MEA.

Sandra Tavares interveio para clarificar a necessidade de distinguir duas situações no que respeita aos indicadores que não têm execução recolhida: aquelas que decorrem de limitações associadas ao sistema de informação e outras que resultam de projetos que não arrancaram.

Complementando o referido por Sandra Tavares, **Joaquim Bernardo** mencionou vários casos em que, nas diversas prioridades, não há execução associada ao indicador: nos indicadores “Projetos de apoios reforçados à conciliação entre trabalho e vida familiar” e “Raparigas/mulheres e rapazes/homens abrangidos pelas ações de desconstrução dos estereótipos profissionais de género”, nos quais ainda não há projetos em execução no terreno; relativamente ao indicador “Desempregados, incluindo desempregados de longa duração (Cursos de Aprendizagem)” já existem operações aprovadas, pelo que se espera que rapidamente haja execução associada ao mesmo; no âmbito das formações modulares certificadas, vida ativa e centros qualifica, existem operações já em execução, pelo que rapidamente terão também um volume muito significativo de participantes registados; o indicador “Participantes de origem estrangeira em ações de formação de português” tem ações no terreno, mas sem reporte de execução, esperando-se também que rapidamente os valores sejam atingidos e até mesmo superados.

Referiu, ainda, que poderão existir ajustamentos a algumas das metas de realização inscritas na programação inicial, em sede de Revisão Intercalar e reprogramação do Programa, decorrentes, sobretudo, das dinâmicas referidas em termos de implementação.

No âmbito da privação material destacou os dados impressionantes do volume de apoio alimentar que já foi distribuído, tanto em termos de quantidades como de valor monetário.

Tomou a palavra **Sandra Tavares** para dar nota que os valores monetários exibidos na apresentação relativos à privação material correspondem apenas aos valores da distribuição, sendo que em termos de execução no terreno os valores são muito mais elevados.

Joaquim Bernardo retomou, referindo que os valores dos indicadores de resultado apresentados refletem os primeiros resultados apurados que decorrem de um número ainda relativamente pequeno de operações efetivamente concluídas, sobretudo aprovadas no âmbito do mecanismo de antecipação extraordinária do PT 2030, considerando também o período temporal relativamente longo que é necessário para apurar os indicadores, e que assentam sobretudo nos cursos profissionais, nos centros qualifica e nos diplomados em formações de base qualificante.

Em termos de condições de implementação referiu a segunda alteração ao regulamento específico, em fase final de aprovação, no âmbito da qual irão ser regulamentadas mais 10 tipologias de operação, perfazendo, assim, 47 tipologias regulamentadas, face às 56 que existem no programa. Relativamente às tipologias que ficam por regulamentar nesta segunda alteração informou que duas deverão ser regulamentadas em sede de aviso e as restantes serão regulamentadas numa próxima alteração ao regulamento específico e em função da consolidação das políticas públicas associadas. Sublinhou que as tipologias que ainda faltam regulamentar representam uma dotação muito reduzida do Programa.

No que concerne às tipologias que ainda não têm critérios de seleção aprovados referiu que a previsão é de que até ao final de 2025 todas as tipologias tenham critérios de seleção aprovados.

Quanto aos avisos lançados deu nota que, do total de avisos lançados até à data de referência, apenas 6 se encontram abertos, sendo que 1 deles – o da assistência técnica – em contínuo. Salientou ainda o total de avisos programados no Plano Anual de Avisos para o ano em curso, referindo que a maioria dos avisos está prevista para o segundo quadrimestre.

Ainda no âmbito das condições de implementação do programa deu nota de alguns aspetos relacionados com o sistema de gestão e controlo, designadamente: a revisão do Código de Ética e Conduta; a aprovação do Plano de Formação para 2025, que reforçou a importância da formação dos colaboradores para alavancar a eficácia e eficiência das equipas, as quais têm estado sujeitas a uma elevada rotação; a auditoria da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) ao sistema de gestão e controlo do programa, com um resultado globalmente positivo, uma vez que os sistemas em causa foram classificados na Categoria 2; a disponibilização dos canais de denúncia externo e interno através da plataforma +Transparente.

Com respeito às ações de capacitação referiu a preocupação sistemática com a execução de sessões de informação e esclarecimento junto dos beneficiários, que têm vindo a ser realizadas à medida que são abertos os concursos e que são implementadas ou aperfeiçoadas as funcionalidades no âmbito do sistema de informação e que têm sido muito participadas.

No que concerne ao Plano Estratégico de Comunicação considera que o balanço da sua implementação é globalmente positivo e que os indicadores de realização alcançados são muito satisfatórios, sem prejuízo de alguns constrangimentos e dificuldades que têm atrasado a implementação de algumas das ações previstas, designadamente relacionados com os procedimentos de contratação pública.

Ainda em termos de comunicação, destacou o caso das operações acima dos 10 milhões €, em que os beneficiários estão obrigados a fazer uma ação de comunicação no final da operação com o balanço daquilo que foi a sua implementação. Referiu que o programa tem vindo a fazer esse trabalho em articulação com os beneficiários e também com a CE, destacando as duas ações já efetuadas até à data e aquelas que estão em fase de preparação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), apelando para que estas obrigações sejam encaradas pelos beneficiários como uma oportunidade para divulgarem mais e melhor aquilo que fazem.

Destacou também as obrigações específicas em matéria de comunicação que estão associadas às Operações de Importância Estratégica, designadamente a primeira ação desenvolvida no ano passado no âmbito dos Cursos Profissionais que esteve acoplada ao último CA, sob a forma de mostra, bem como as ações que estão previstas para o ano em curso e para os próximos dois anos.

No que respeita ao Plano de Avaliação, que refere ser muito ambicioso, destacou as avaliações já concluídas, as que se encontram em execução e as que ainda vão ser

lançadas, sublinhando que está a ser cumprido o plano gizado, sem prejuízo de alguns ajustamentos necessários em termos de calendário, designadamente por dificuldades associadas ao lançamento dos respetivos concursos.

Finalmente, referiu que as condições habilitadoras se encontram todas cumpridas, situação que passou a permitir certificar a despesa no âmbito das bolsas de ação social do ensino superior.

3. Revisão Intercalar do PESSOAS 2030 (de acordo com o artigo 18.º do RDC)

Joaquim Bernardo deu início à exposição relativa à Revisão Intercalar, a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 25 a 34), dando nota de que esta se encontra alinhada com as recomendações a Portugal no âmbito do semestre europeu e também da avaliação ex-ante e do relatório intermédio de operacionalização do Programa.

Referiu que a conclusão que se retira é que, globalmente, as prioridades e a estratégia delineadas há pouco mais de 2 anos se mantêm pertinentes e atuais, não existindo necessidade de alterações de fundo nesta fase da programação, razão pela qual se propõe que os montantes de flexibilidade se mantenham nas prioridades às quais estavam inicialmente alocados, sem prejuízo de alguns ajustes no programa a efetuar e que desembocam numa proposta de reprogramação, conforme apresentado no ponto seguinte da ordem de trabalhos.

A principal alteração que destacou consiste em intensificar o contributo do programa na resposta aos desafios demográficos, situação que decorre da avaliação ex-ante e também dos resultados preliminares da avaliação da operacionalização do PESSOAS 2030, como recomendação.

Neste contexto, destacou o reforço no âmbito dos apoios ao emprego, na ótica de favorecer a contratação sem termo e promover melhores condições salariais, tanto junto dos mais jovens, dando-lhes, por essa via, maiores garantias para responder mais eficazmente ao desafio demográfico por via do incremento da natalidade, como junto da população migrante.

Destacou, ainda, o apoio às políticas migratórias por via, por um lado, do reforço da tipologia de Aprendizagem da Língua Portuguesa para Cidadãos Estrangeiros e, por outro lado, da criação de uma nova tipologia focada na melhoria das aprendizagens dentro do sistema de educação e formação que está muito orientada para a resposta ao crescimento substancial ao nível de todo o território dos alunos/formandos de origem estrangeira que não dominam a língua portuguesa.

Referiu-se, de seguida, ao âmbito de análise da Revisão Intercalar, fazendo uma breve resenha dos aspetos que foram ponderados na mesma, em alinhamento com o previsto no Regulamento de Disposições Comuns.

Relativamente às recomendações do semestre europeu destacou a principal recomendação que é no sentido da aceleração em termos de implementação do programa

e também da manutenção do foco nas prioridades que foram acordadas, referindo que se trata de uma abordagem que pode ser vista como conservadora, mas por bons motivos, uma vez que se considera que a estratégia é globalmente a mais correta.

Na relação com o Plano Nacional Energia e Clima 2030 não se alongou, uma vez que o programa não tem um impacto direto nessa dimensão e, por essa razão, a Revisão Intercalar não incidiu nessa matéria.

Sobre a questão do Pilar Europeu dos Direitos Sociais destacou o papel que o FSE+ tem como instrumento de apoio à prossecução dos ambiciosos objetivos e metas dos planos de ação nesta matéria, tanto no plano europeu como nacional, bem como o contributo do programa por via das medidas que apoia.

Destacou as metas mais emblemáticas, em particular o contributo relevante das formações modulares certificadas, dos cursos de Educação e Formação de Adultos e de outras ações de formação de adultos para o macro-objetivo de assegurar que, pelo menos, 60% dos adultos participam anualmente em ações de educação e formação, embora reconheça que este objetivo apenas será atingido com um esforço muito mais amplo a nível nacional que vai para além dos fundos europeus.

Em termos de situação socioeconómica referiu-se ao processo de convergência com a União Europeia que o país tem conseguido fazer nos últimos anos, embora permaneçam, ainda, um conjunto de disparidades regionais significativas. Deu igualmente nota do alinhamento do programa com os desafios estratégicos das Grandes Opções do Plano para 2024-2028.

No que respeita às conclusões de avaliações relativas ao PESSOAS 2030 que foram tidas em conta no processo de Revisão Intercalar, decorrentes tanto da sua avaliação ex-ante, como da avaliação da operacionalização do programa, destacou que este continua a ser pertinente nas suas áreas de intervenção face aos desafios principais que o país enfrenta, sem prejuízo de existir um conjunto de ajustamentos na questão demográfica e nas questões em matéria de apoio às vítimas que podem ser reforçadas, bem como a necessidade de reforçar a coordenação das intervenções que financia com outros programas do PT 2030 e também com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Dispensou-se de fazer uma referência aos progressos alcançados, uma vez que os mesmos foram apresentados no ponto da ordem de trabalhos relativo ao ponto de situação da implementação do programa.

Finda a sua intervenção, Joaquim Bernardo passou a palavra aos membros do Comité para questões ou dúvidas sobre o ponto de situação ou sobre a Revisão Intercalar do PESSOAS 2030.

Tomou a palavra **Cláudia Joaquim, presidente da AD&C**, referindo que o detalhe apresentado no ponto de situação permitiu ter uma clara perceção da execução do programa até à data e daquilo que são as estimativas e as perspetivas, incluindo aquela que é uma grande preocupação da AD&C e das AG, que é o cumprimento da regra N+3, sendo que o PESSOAS 2030 lhe oferece tranquilidade neste âmbito.

Em relação ao relatório de avaliação intercalar, referiu que a AD&C remeteria os contributos decorrentes da análise efetuada, considerando que o texto está claro e com suficiente detalhe para suportar a Revisão Intercalar, apresentando uma análise crítica de alinhamento às recomendações específicas ao país, com um detalhe adequado, assim como fundamenta o seu contributo, designadamente, para a prossecução dos princípios e metas do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Existem apenas algumas questões de pormenor relativamente ao relatório que fará chegar ao PESSOAS 2030, cujo detalhe é desnecessário abordar na reunião, considerando que este exercício de Revisão Intercalar suporta de forma adequada o ponto seguinte de alteração da reprogramação do programa.

Joaquim Bernardo agradeceu os comentários de Cláudia Joaquim, referindo que todas as propostas de melhoria são bem-vindas, num quadro que se pretende ser de melhoria constante, e que as mesmas serão devidamente ponderadas antes da apresentação do relatório à Comissão.

Anabela Henriques, representante do Conselho de Escolas, tomou a palavra referindo que o relatório apresentado pressupõe uma estratégia muito importante para os cursos profissionais, para os cursos de educação de jovens e adultos e para o plano de recuperação das aprendizagens, fornecendo um indicador razoável em termos de meta alcançada, que considera importante para as escolas, expressando a vontade de acompanhar toda a execução deste plano, que também é das escolas. Ressalvou a garantia da qualidade que as escolas têm aportado para os indicadores apresentados, pelo que considera muito positivo o acompanhamento que está a ser demonstrado na reunião.

Abordou os números exibidos na apresentação relativamente às turmas dos cursos profissionais, presumindo que foram consideradas as zonas de baixa densidade, demonstrando esperança de que esta situação continue a ser atendida para efeitos de financiamento e de taxa de execução deste tipo de cursos sempre que o número de alunos por turma se situar abaixo do estipulado para a constituição do grupo formativo.

Relativamente às prioridades da formação para adultos, focou a formação de docentes, que tem sido acompanhada por uma estratégia digital e verde, e que acredita que irá ser ultrapassada a percentagem de 60% dos adultos que vão continuar a formação ao longo da sua vida, uma vez que é necessária a formação para o pessoal docente e não docente das escolas.

Congratulou-se com os resultados já alcançados, deixando um apelo para que a taxa de compromisso e a taxa de pagamento estejam um pouco mais alinhadas, apesar de perceber a dificuldade que isto significa.

Hugo Dionísio, representante da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), começou por abordar os limites de financiamento aprovados para os valores hora dos professores do ensino profissional, e também dos formadores, os quais não são atualizados há alguns anos. Refere que este facto impede que as escolas consigam negociar condições salariais melhores para os professores, o que cria limites a um direito fundamental, que é o direito à contratação coletiva, e é também importante para atrair professores de qualidade para as escolas profissionais. Considera que este é um aspeto que deve ser repensado por forma a potenciar a qualidade no ensino e na própria formação profissional.

O mesmo acontece com os formadores da formação de adultos, onde se verifica uma grande dificuldade em captar formadores de qualidade, tendo em conta os limites estabelecidos em termos de valor/hora/formador. Apesar de os fundos comunitários financiarem a formação profissional, considera que, pelo menos na formação de adultos, nunca se consegue ir tão longe quanto se pretende.

Referiu-se também ao funcionamento da plataforma que continua a ter alguns problemas de bloqueio na submissão da informação e cujo processo continua a ser muito burocrático para as organizações, perdendo-se muito tempo em burocracia e em papel, tempo esse que deixa de ser direcionado para a prática que foi contratualizada, seja formativa, educativa ou outra.

Priscila Couto, representante da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), fez uma observação relativamente aos dados dos indicadores dos estudantes desfavorecidos apoiados com bolsas de ação social no ensino superior apresentados. Segundo entende, no indicador de realização foram contempladas as operações MEA dos anos letivos 2021/2022, 2022/2023 e 2023/2024, mas no indicador de resultado não há informação sobre estas operações, pelo que receia que tenha sido considerado um universo diferente para efeitos de apuramento dos indicadores de realização e de resultado. Considera que se as operações MEA foram relevadas para o indicador de realização também o deveriam ter sido para efeitos de indicador de resultado.

Laurent Sens felicitou o PESSOAS 2030 pelo seu bom desempenho, referindo que é o programa que se encontra mais avançado em Portugal e até, em termos comparativos, a nível europeu. Felicitou também a equipa, todos os membros do Comité e os beneficiários que apresentam bons projetos e os implementam.

Sobre a apresentação efetuada, referiu que seria interessante perceber um pouco mais sobre os dados que foram identificados com zero, bem como do cronograma previsto para a sua implementação, uma vez que são operações com muita importância, dando como exemplo a relacionada com a conciliação entre trabalho e vida familiar, apelando no sentido de serem desenvolvidos mais esforços para a sua efetiva implementação.

Sobre os indicadores, tem noção das dificuldades que existiram ao nível das tecnologias de informação e dos sistemas, o que não permitiu obter uma visão mais clara dos mesmos.

Sobre a avaliação, elogiou novamente o trabalho de qualidade que foi realizado, referindo ter apenas algumas observações técnicas a efetuar sobre o relatório, as quais fará chegar à CD até ao final do dia.

Enfatizou dois pontos políticos que estão também relacionados com o próximo ponto da agenda de trabalhos. Na avaliação da operacionalização do Programa foi referida a importância de apoiar a população jovem dos 18-30 e, depois, foi proposto um alargamento deste grupo para os 35 anos pelo facto de existir um sistema similar na legislação nacional. A CE precisa de uma justificação que suporte devidamente a importância do alargamento à população dos 30 aos 35 anos, garantindo que pelo menos 80% dos fundos beneficiam a população jovem abaixo dos 30 anos.

O segundo ponto político que sublinhou foi o Programa Doutor da Administração Pública. Antes deste programa ter sido adotado houve alguma discussão para assegurar que os

doutoramentos fora do ambiente académico fossem mais desenvolvidos do que no passado. Esta foi uma conclusão das avaliações e pretende-se que 50% dos doutoramentos sejam fora do ambiente académico. É, por isso, necessário perceber melhor a ligação com as empresas, propondo a inclusão do Programa Doutor numa próxima avaliação para assegurar que temos uma visão mais clara desta ligação com o meio empresarial, a qual é importante para a CE em termos de credibilidade. Seria bom ter esta visão agora, em termos de resultados esperados, mas também mais tarde, por exemplo, daqui a três anos, para perceber o que foi implementado nesta matéria.

Referiu também um ponto de índole mais técnica relacionado com a nova tipologia proposta para ser incluída no PESSOAS 2030 – Aprender Mais Agora –, cujo período de elegibilidade iniciará a partir do momento em que for submetida oficialmente a proposta de revisão do programa à Comissão, pelo que não pode ser declarada despesa que tenha data anterior a esta submissão.

Considera que, no geral, foi realizado um trabalho de qualidade, alertando, no entanto, que a Comissão poderá efetuar novas observações na sequência da consulta interna que terá lugar após a submissão oficial da proposta de revisão à Comissão, tal como prevê o seu regulamento.

Joaquim Bernardo retomou a palavra para responder às várias intervenções dos membros do Comité.

Relativamente à diferenciação do financiamento em função dos territórios, conforme apelou a representante do Conselho e Escolas, referiu que o programa dispõe de alguma diferenciação positiva, nomeadamente no cumprimento das metas, sendo um pouco menos exigente nos territórios de baixa densidade face aos territórios de alta densidade. Considera que a questão da dimensão das turmas é uma matéria de índole transversal, sendo que o programa segue o que se encontra definido nacionalmente, respeitando as regras gerais estabelecidas para a constituição das turmas. No caso dos cursos profissionais financiados em custos simplificados existe também alguma margem de tolerância em função dos mínimos que estão estabelecidos para não haver redução de financiamento em função do número de alunos.

No que concerne à tipologia de formação contínua de docentes, o programa encontra-se a ultimar a análise das candidaturas, contando muito em breve comunicar o respetivo resultado. Deu nota que houve uma procura muito superior à oferta, pelo que foi necessário solicitar um reforço de dotação às tutelas, encontrando-se a aguardar a necessária resposta positiva para avançar com o processo de aprovação das candidaturas.

Quanto à intervenção do representante da CGTP-IN sobre os limites dos pagamentos aos formadores, salientou que na transição do PT 2020 para o PT 2030 houve uma atualização em alta do custo padrão médio elegível em termos de FSE+. Poderá considerar-se que foi um incremento insuficiente, mas foi o possível à data, em função dos recursos disponíveis, os quais são sempre escassos face às necessidades que estão identificadas. Para além disso, no financiamento de tipologias em custos simplificados, como é o caso dos Cursos Profissionais, nos quais se enquadram as escolas profissionais, públicas e privadas, e também o Turismo de Portugal que é financiado nessa tabela de custos unitários, ou seja, é atribuído um valor de financiamento anual por turma, o mesmo se aplicando aos cursos de educação e formação de jovens, existe um mecanismo previsto para a atualização

desses valores das tabelas. Considera que é uma decisão política, uma vez que devem ser ponderados não só os financiamentos comunitários, mas também o financiamento do conjunto dos operadores, dando como exemplo a situação do financiamento desses cursos nas regiões de Lisboa e do Algarve, em que o financiamento é exclusivamente assegurado para essas ofertas pelo orçamento nacional.

Reforçou que na metodologia aprovada existe a possibilidade de atualização dessa tabela em função do que vier a ser definido para a política pública nacional no seu conjunto. Informou que foi ponderado o aumento do custo por turma ao longo do período de programação, até para estimar as metas fixadas no caso dos cursos profissionais, mas a decisão final é política e não de índole técnica.

No que respeita à dúvida da DGES, passou a palavra a **Miguel Feio, Secretário Técnico da Unidade de Monitorização, Avaliação e Comunicação Estratégica do PESSOAS 2030**, que informou que os indicadores de realização exibidos na apresentação têm em conta os dois avisos MEA e o primeiro aviso do PT2030 puro, não tendo sido ainda possível apurar os indicadores de resultado, uma vez que são calculados a partir das estatísticas oficiais da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEC) de 2023/2024, as quais estarão disponíveis no verão de 2025.

Joaquim Bernardo retomou a palavra referindo que os indicadores de resultado em muitos casos são apurados não por via do que o beneficiário declara, mas pela interconexão de dados com a DGEC ou com a Segurança Social, no caso dos indicadores de empregabilidade 6 meses após a participação, o que implica um tempo para a consolidação desta informação.

Em relação à intervenção de Laurent Sens, admitiu que possa ter acelerado um pouco na sua apresentação, por uma questão de tempo, e que, por esse motivo, não tenha sido explicada a existência de zeros em alguns dos dados exibidos.

A este respeito, **Sandra Tavares** esclareceu que relativamente à prioridade I há um atraso na execução que decorre essencialmente da reestruturação das áreas governativas e da necessidade de alinhamento estratégico com as novas políticas que estão a ser agora implementadas, nomeadamente com 3 novos programas: programa nacional de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal 2025-2030, programa maior igualdade em todas as profissões e programa nacional raparigas nas CTEM (Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemáticas), este último integrado na estratégia nacional para a digitalização, a qual foi aprovada no final do ano passado.

Deu nota que nas duas tipologias de operação em causa – Serviços de apoio reforçados à conciliação entre trabalho e vida familiar e Promoção da igualdade de género no trabalho, de combate à segregação profissional e de mitigação do gap salarial de género – existem vários operadores com os quais já houve discussão de projetos, referindo em particular a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, existindo em carteira um projeto de conciliação da vida profissional e familiar direcionado para a sensibilização entre o trabalho pago e o trabalho não pago, respeitante às tarefas domésticas que essencialmente são exercidas pelas mulheres, pelo que conta com a adesão das mesmas. Neste projeto está a equacionar-se o desenvolvimento de uma aplicação móvel que permite a monitorização efetiva do trabalho que as pessoas realizam, do trabalho doméstico que vão fazendo, para possibilitar a aferição do tempo de trabalho não pago que fazem.

Os restantes zeros identificados na apresentação têm a ver com o não reporte de dados. Apesar de já existir execução e de a mesma ser conhecida, não foram ainda apurados dados passíveis de reporte. Informou que no Português Língua de Acolhimento e na Qualificação das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade foram apoiadas cerca de cinco mil pessoas em cada uma destas tipologias, mas ainda não foi possível fazer o reporte destes dados.

Relativamente à questão colocada por Laurent Sens sobre o Programa Doutor Administração pública, Joaquim Bernardo pediu a colaboração do representante da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) presente na reunião, com quem esta matéria tem sido articulada, para fundamentar a sua integração e financiamento no âmbito do PESSOAS 2030 e a aposta no processo de doutoramento em ambiente não académico enquanto instrumento ao serviço de uma maior transferência de conhecimento para a economia e para as empresas em particular.

António Bob dos Santos, representante da FCT, informou que a medida “Doutor AP” encontra-se inserida na estratégia adotada pela FCT nos últimos 3 anos no sentido de apoiar, de forma crescente, a formação em ambiente não académico. Tradicionalmente, tem apoiado, ao longo dos últimos 25 anos, bolsas de doutoramento em ambiente académico, tendo financiado todos os anos mais de 7.000 bolsas, mas pretende aproximar a investigação que é feita na resolução de problemas concretos na sociedade, nas empresas, nas entidades não académicas, incluindo também na administração pública. Está a ser reforçada a percentagem de doutoramentos que a FCT apoia, com o suporte do PESSOAS 2030, em contexto não académico, referindo que, no dia 7 de março, foi lançada uma nova edição das bolsas de doutoramento de 2025, com a abertura de 550 vagas em ambiente não académico das 1.550 disponíveis.

Este programa decorre da interação ocorrida com várias entidades públicas, da qual se concluiu pela existência de um défice de qualificações na administração pública ao nível da formação avançada de doutoramento, tendo sido identificados vários problemas para os quais não havia capacidade de resposta ao nível dos recursos humanos da administração pública. Pretende-se apoiar todas as pessoas que trabalham no âmbito da administração pública, em todas as regiões e não só nas regiões de convergência, sendo elegíveis os institutos públicos, os centros de investigação, os museus, os municípios, as empresas de transportes, bem como as autoridades de gestão do PT 2030.

O objetivo é claramente contribuir para o aumento da qualificação da população em geral e da administração pública, mas também fortalecer esta ligação, que já tinha vindo a ser construída com a iniciativa das bolsas não académicas, entre as entidades que atribuem o grau das universidades/politécnicos e as entidades onde esta investigação e resolução de problemas é feita, que é na administração pública.

A aposta do “Doutor AP” vai claramente contribuir para reforçar a qualificação ao nível territorial, reforçar as dinâmicas de valorização e também de transferência de tecnologia e de conhecimento porque há uma grande ligação ao nível territorial entre as entidades públicas e as entidades locais, incluindo as empresas.

Nesta edição de 2025, a expectativa era de apoiar cerca de 80 bolsas, mas houve 700 candidaturas de todo o país, de várias entidades públicas, incluindo das ilhas, pelo que será

necessário reforçar para passar a apoiar cerca de 200 bolsas, o que demonstra o sucesso deste programa e também a grande abertura das entidades públicas para disponibilizar os seus funcionários para beneficiar destas ações de formação.

Joaquim Bernardo agradeceu a informação adicional, referindo que a mesma será ainda densificada na nota que tem vindo a ser preparada para apresentar à CE sobre este tema.

Sobre a anotação efetuada por Laurent Sens e também pelo representante da CGTP-IN relativamente aos sistemas de informação e aos constrangimentos que têm existido, salientou que, neste momento, a situação se encontra num estado relativamente consolidado, existindo algumas funcionalidades básicas que serão concretizadas em breve. A relação dos beneficiários com o sistema de informação é sobretudo via plataforma da AD&C que gere o balcão dos fundos e todo o *front office*, em articulação com as autoridades de gestão. Existem atualmente dois constrangimentos relevantes a este nível: o primeiro relacionado com a inexistência da funcionalidade para a apresentação de pedidos de alteração, o que começa a ser premente para algumas operações em curso; o segundo tem a ver com o reporte da execução física, em particular dos participantes e quando os indicadores de resultado não são apurados por via de interconexão com outros organismos, situação que tem implicações principalmente no fecho das operações, uma vez que não é possível fechar os saldos sem ter essa informação reportada.

Sempre que necessário, e para permitir colmatar as dificuldades nesta matéria, recorre-se a soluções de contingência, as quais carecem de boa ponderação numa lógica de custo/benefício, uma vez que, posteriormente, será necessário recuperar esta informação, o que implica um conjunto de intervenções em matéria de sistema de informação.

Passou, de seguida a palavra a **Eleutério Rodriguez, representante da CE**, que abordou especificamente o reporte das operações de importância estratégica, referindo ser importante que o mesmo aconteça em todos os comités, seja dos cursos profissionais, dos estágios profissionais, dos Centros Qualifica, da Qualificação e Emprego de PDCI ou do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI). Pediu aos beneficiários que são os responsáveis por estas operações de importância estratégica que apresentem regularmente, no próximo CA e nos seguintes, o ponto de situação dessas operações.

Joaquim Bernardo tomou boa nota deste pedido e referiu que se procurará, de forma sistemática, que nestas reuniões do CA seja feito o reporte solicitado. Passou a palavra a **Ana Cláudia Valente, representante da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)**, que agradeceu o ponto de situação exibido sobre a execução e deu nota de que a tipologia dos Centros Qualifica é uma das operações de importância estratégica, realçando o carácter positivo da relação que tem existido não só na execução do programa, mas também na assistência técnica, que apoia o funcionamento do Organismo Intermédio e também o funcionamento e avanço de uma série de desenvolvimentos do Sistema Nacional de Qualificações, um dos quais a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações.

Destacou a avaliação do Programa Qualifica, que está associado à importância estratégica do programa, e que se prevê que inicie no primeiro semestre do ano. Desde 2017 que este programa está a ser financiado pelo FSE com resultados acumulados muito positivos. Já foram apoiados mais de 1.200.000 adultos ao longo destes 7 anos de execução do

programa. Nem todos os Centros Qualifica da rede do país são apoiados pelo PESSOAS 2030, mas a grande maioria é, o que significa que cerca de 80% a 90% destes adultos terão recebido de forma indireta o apoio de um Centro Qualifica e, portanto, o apoio do FSE.

Deu nota da infraestruturação que o FSE conseguiu alcançar nesta área da educação e formação de adultos e da implementação do Programa Qualifica, nomeadamente pela dimensão de adultos que já apoiou e pela dimensão das certificações que já produziu. Referiu-se a mais de 1.600.000 certificações emitidas a partir do trabalho dos Centros Qualifica com esses adultos, contanto que algumas delas são certificações totais, ou seja, que as pessoas conseguem melhorar o seu nível de escolaridade ou nível de qualificação, sendo que as restantes são certificações parciais que capitalizam sempre para uma certificação total.

A avaliação do Programa Qualifica está, assim, prevista e é muito importante, não colocando a tónica apenas na empregabilidade, mas também no desenvolvimento pessoal, na dimensão de inclusão e na progressão que estas pessoas podem fazer para o sistema educativo e formativo.

No plano da comunicação, considera que existe, pela primeira vez, um programa ambicioso no âmbito da sua divulgação, bem como das ações e pessoas que tem apoiado. Destacou um aviso que está previsto para 2025 sobre a consolidação e o desenvolvimento do sistema de antecipação e adequação das competências para o emprego que entende ser inovador e que vem dar mais apoio aos vários atores, ANQEP, IEFP e também ao próprio financiador, para consolidar a matéria de antecipação e de alinhamento das ofertas, não só do ponto de vista da formação inicial, mas sobretudo na formação de adultos e contínua, olhando um pouco mais de perto para as necessidades e carência de mão de obra no mercado de trabalho.

Por último, e entrando um pouco no terceiro ponto da agenda de trabalhos, questionou sobre a elasticidade do PESSOAS 2030 para o futuro, uma vez que, com um horizonte temporal tão alargado, entende que poderão vir a ser necessários alguns ajustamentos do ponto de vista do financiamento da educação e formação de adultos em Portugal, no sentido de continuar a apostar em soluções que funcionem melhor ou que sejam melhoradas em função da experiência obtida, quer por via da avaliação do Programa Qualifica ou dos dois investimentos novos em curso no âmbito do PRR na área da educação e da formação de adultos – o Acelerador Qualifica e os Projetos Locais Promotores de Qualificação. Estes investimentos não só complementam a ação do Programa Qualifica, mas também introduzem valor acrescentado. Para este aspeto concorrem também o novo despacho da reforma da formação profissional e a criação de um grupo de trabalho neste âmbito, cujos resultados poderão traduzir-se, do ponto de vista do financiamento, em alguns desafios completamente novos ou na necessidade de ajustamento e alinhamento estratégico com a dimensão da reforma.

Atendendo a que a intervenção de Ana Cláudia Valente abordou a reprogramação do PESSOAS 2030, **Joaquim Bernardo** passou para o terceiro ponto da ordem de trabalhos.

4. Proposta de reprogramação do PESSOAS 2030

Joaquim Bernardo iniciou a sua intervenção neste ponto da ordem de trabalhos, a qual se encontra suportada e descrita no Anexo II – Apresentação de Suporte à Reunião (slides 35 a 53), referindo que as alterações a efetuar no texto do programa estão organizadas em cinco grandes dimensões.

A primeira tem que ver com os ajustamentos nas dotações indicativas de algumas tipologias de operação dentro da mesma prioridade, realizados em função do balanço que foi feito com base nos dados provenientes das avaliações realizadas, da monitorização, das respostas às recomendações e da situação socioeconómica do país.

A segunda dimensão de alteração tem que ver com o ajustamento de indicadores e, sobretudo, de metas que estavam programadas para 2029, que decorrem dos ajustamentos nas dotações entre tipologias dentro da mesma prioridade e da alteração das regras das políticas públicas que o programa financia.

As restantes dimensões referem-se a ajustamentos ao texto programático, com a eliminação de algumas medidas e com a introdução de uma nova medida, que é o “Aprender Mais Agora”.

Em termos de programação financeira destacou as dotações que passam a estar disponíveis em cada prioridade com o montante de flexibilidade.

No que respeita ao detalhe das alterações por prioridade, na prioridade I destacou o reforço dos apoios à contratação em detrimento dos estágios profissionais, por se considerar que os primeiros são um instrumento fundamental e mais eficaz para a fixação dos jovens, por via do acesso a empregos mais estáveis e de melhor qualidade, designadamente em termos remuneratórios. Referiu também a alteração da designação da tipologia “Estruturas Locais de Apoio ao Emprego” para “Reforço do Sistema de Ajustamento do Mercado de Trabalho” que decorre da necessidade de alterar os tipos de ações que estavam previstas e também de apoiar o sistema de antecipação de competências, no sentido de reforçar o ajustamento entre a oferta e a procura no âmbito do mercado de trabalho em termos de qualificações. Manifestou, ainda, que este último aspeto visa também responder a recomendações que têm surgido sistematicamente no âmbito do semestre europeu.

Ainda no âmbito da prioridade I referiu a revisão, em baixa, das metas dos indicadores ligadas às tipologias na área da conciliação entre a vida profissional e familiar e da promoção da igualdade de género, que decorrem, por um lado, do período temporal disponível para a execução e, por outro lado, da reconfiguração que a política pública sofreu face àquilo que estava definido na programação inicial.

Relativamente à prioridade II sinalizou duas alterações: por um lado, no âmbito do Reforço dos Serviços de Psicologia e Orientação, a possibilidade de contratação de mais psicólogos de forma reduzir o rácio entre alunos e professores nas escolas; por outro lado, no âmbito da Formação Avançada, a revisão em alta da meta, atendendo à dinâmica do primeiro concurso em termos do número de participantes globalmente apoiados no âmbito das bolsas de doutoramento, e aos objetivos definidos em termos das bolsas de

doutoramento em meio não académico, que deverão corresponder a 50% das bolsas apoiadas no final do programa.

Na prioridade III referiu o ajustamento relacionado com o facto de ter sido descontinuada a tipologia do “Sistema de antecipação e de adequação de competências para o emprego”, que passou para a prioridade I, e a revisão em alta da dotação das Formações Modulares Certificadas, atenta à grande procura registada.

Na prioridade IV mencionou a alteração relacionada com uma iniciativa emblemática, dinamizada pela CE, que são os estágios na iniciativa ALMA, no sentido de poderem ser apoiados não só nas regiões que, em regra, o programa apoia, mas também nas regiões de Lisboa e Algarve, que terá, em princípio, como beneficiário único o IEFP, bem como o reforço da dotação e da meta definidas para a “Aprendizagem da língua portuguesa por estrangeiros”, em detrimento da tipologia “Capacitação para a inclusão” (e sem prejuízo de esta manter alguma dotação), como forma de responder ao aumento da população imigrante e por se considerar que este é um instrumento importante para a sua integração.

Por último, no âmbito da prioridade IV, referiu o alargamento da elegibilidade territorial a todo o continente para as ações de “Capacitação de públicos estratégicos para a cidadania e inclusão”, por se considerar que estas ações não têm uma dimensão territorial.

Relativamente à prioridade V, que é a que tem um conjunto mais alargado de alterações, começou por destacar que o Plano de Recuperação das Aprendizagens termina o seu apoio no ano letivo que está a decorrer, após sucessivas prorrogações do mesmo, por contrapartida de uma nova elegibilidade consubstanciada no programa Aprender Mais Agora, sobretudo focado no apoio aos mediadores linguísticos e culturais orientados para dar resposta aos alunos migrantes que não dominam a língua e cultura portuguesas, e ainda o apoio às tutorias psicopedagógicas na ótica de intervenções no âmbito dos primeiros sinais de insucesso que possam conduzir ao abandono escolar precoce.

No que concerne aos “Territórios educativos de intervenção prioritária” a alteração passa por alargar o número de escolas abrangidas.

Quanto às “Ações no âmbito do Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável” justificou a alteração da designação da tipologia por via da nova Estratégia Nacional para a Longevidade que está a ser preparada, e, por isso, há um ajustamento do texto programático, também de modo a incluir no grupo-alvo a população em geral, para além dos grupos mais desfavorecidos que já se encontram previstos.

Mencionou também o reforço, em termos de dotação e metas, do MAVI, que tem vindo a ser reconhecidamente apontado como uma boa prática, em detrimento da revisão em baixa da dotação dos Centros de Referência.

Ainda na prioridade V deu nota que o texto do programa será ajustado de forma a ficar claro que a tipologia do “Apoio técnico e financeiro a organizações da sociedade civil (ONG) que atuam na área da igualdade e não discriminação” inclui a capacitação dos colaboradores das próprias ONG.

Referiu-se, ainda, à alteração do texto programático para acolher a nova designação da tipologia para reforço e qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância (SNIPI).

Ainda no âmbito da prioridade V, assinalou, por último, a revisão em baixa da dotação e indicador da tipologia da “Qualificação do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo e promoção da desinstitucionalização”, a favor do MAVI.

Nas restantes prioridades, VI e VII, referiu não haver qualquer alteração.

No que respeita aos movimentos financeiros entre prioridades destacou que a redução da dotação que estava prevista inicialmente para o plano de recuperação das aprendizagens (PRA) permitirá acomodar o financiamento da tipologia “Aprender Mais Agora”.

Em termos de programação física referiu que as prioridades III e V são as únicas que não sofrem qualquer ajustamento quer em termos de número de participantes, quer de número de projetos, sendo que todas as outras registam alterações nessas dimensões.

Finda a apresentação da proposta de reprogramação do PESSOAS 2030, Joaquim Bernardo abriu espaço para pronúncia dos membros do Comité antes de passar para a votação.

Amadeu Dinis, representante da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO), começou por partilhar a sua preocupação sobre a reprogramação relativa à prioridade II referente ao ensino profissional. Informou que cerca de 40% dos jovens que frequentam o ensino secundário estão integrados em cursos de dupla certificação, nomeadamente a aprendizagem, ensino profissional e ensino artístico especializado.

Considera que o ensino profissional tem dado um grande contributo na redução do abandono escolar e na conclusão do ensino secundário por jovens em risco de abandono, revelando elevadas taxas de empregabilidade 6 meses após a conclusão da formação, um emprego de qualidade e, acima de tudo, altos níveis de inserção ou reinserção social destes jovens. Como é do conhecimento de todos, são jovens com mais dificuldades, de agregados familiares mais pobres e que olham para o ensino profissional como uma oportunidade.

O ensino profissional, no entanto, sempre foi visto como o parente pobre da educação. Os valores de financiamento dos cursos do ensino profissional foram definidos em 2010 e, 15 anos depois, mantêm-se inalterados. É exigido um ensino de qualidade, que é feito com muito sacrifício dos professores, dos formadores e dos colaboradores que não veem o seu trabalho devidamente remunerado e que estão a suportar muitos dos custos inerentes à formação, situação que não pode continuar. É impossível termos qualidade na educação com exigência ao nível da indústria 5.0. e financiarmos com indústria 2.0, que é o que está a acontecer atualmente.

Temos de pensar no que queremos para o nosso país, se pretendemos ter um bom ensino, com jovens devidamente preparados para enfrentarem a vida ativa, quer seja no mercado de trabalho, quer seja no ensino superior, ou se preferimos “fazer de conta” que desenvolvemos boa formação. As empresas exigem-nos boa formação e procuramos acompanhar esse desejo, mas com os valores definidos atualmente é impossível.

Constatou que na proposta de reprogramação não há qualquer alteração ao valor afeto ao ensino profissional. Questiona, por isso, se o volume de financiamento previsto atualmente é suficiente para todo o quadro comunitário.

Considera que as tabelas de financiamento terão de ser revistas, elencando três fatores para o efeito: a introdução do novo catálogo das qualificações vai ter um impacto muito significativo na forma de trabalhar nas escolas por resultados de aprendizagem; os Centros Tecnológicos Especializados, que vão transformar as escolas, mas também vão agravar financeiramente o funcionamento das mesmas, uma vez que estamos a falar de equipamentos tecnologicamente muito evoluídos e que aportam um elevado custo de manutenção; a necessidade de atualizar valores que foram definidos em 2010. Questiona se está previsto algum reforço financeiro para fazer face a uma possível atualização das tabelas.

Anabela Henriques tomou a palavra para realçar a importância dos psicólogos para a orientação escolar e profissional, que funcionam como um reforço positivo e que permitem acautelar muitas situações, até as desistências quanto há transição de ciclos. Considera que, por causa dos Centros Tecnológicos Especializados serem financiados pelo PRR, a reprogramação do PESSOAS 2030 deveria conter algo que espelhasse esta renovação das escolas, pois as escolas vão ter centros com garantia para 3 anos, mas não se sabe o que acontecerá com os equipamentos quando terminar esta garantia. Apesar dos centros terem sido integrados numa medida do PRR, vão estar ao serviço dos alunos dos cursos profissionais e também da qualificação de adultos e serão certamente rentabilizados para outras valências, pelo que entende que deveria ter existido um reforço na reprogramação para estes centros.

A reprogramação seria também bem-vinda no que se refere aos valores de financiamento por unidade fixa, que se mantêm iguais aos definidos em 2010, apesar de, por exemplo, o custo da alimentação ser muito diferente, para que o ensino profissional continue a ser uma aposta do país.

Sobre os cursos por escalão, considera ser importante avaliar os custos que se encontram associados a cada curso, uma vez que lhe parece que a relação de custos que as escolas dispõem, por vezes, não tem coerência com os gastos que as escolas têm em cada curso.

Joaquim Bernardo salientou que a dotação afeta à tipologia dos cursos profissionais é a maior do programa, a qual continuará a existir dentro da programação do principal programa do FSE, justificada pelos bons resultados obtidos. É a prioridade com maior dotação financeira, sendo que dos 2 mil milhões de euros de FSE da respetiva prioridade de investimento, a grande fatia é para o financiamento dos cursos profissionais.

Acrescentou que a reprogramação previu alguma atualização dos escalões, porventura não tão elevada quanto o desejável, mas é uma decisão que vai para além das competências da AG, atentas as respetivas consequências orçamentais, conforme já tinha referido em intervenção anterior na reunião.

No que se refere ao financiamento dos custos com a alimentação, salientou que continuam a ser financiados em custos reais, juntamente com os restantes apoios aos formandos, tais

como os associados ao transporte, pelo que estes custos não são contabilizados para efeitos do custo unitário.

Esta reprogramação não será, certamente, a última a existir até ao final de vigência do PESSOAS 2030, sendo que a sua elasticidade estará sempre condicionada à dotação existente, a qual é atribuída ao país nos termos das regras comunitárias. Houve, no contexto do PT 2020, a possibilidade de reprogramação interprogramas, mas não se sabe se o mesmo poderá acontecer no quadro atual.

Salientou que os cursos profissionais continuam a ser a tipologia com maior peso financeiro e referiu perceber as questões relacionadas com custos acrescidos decorrentes do investimento do PRR no âmbito dos Centros Tecnológicos Especializados, lembrando que o PESSOAS 2030 tem uma duração limitada que não vai para além dos 3 anos de garantia que estão associados aos equipamentos, pelo que lhe parece que algumas consequências relacionadas com estes investimentos poderão não ser assegurados pelos fundos europeus, pelo menos neste período de programação.

Considera que há um problema que o país ainda não conseguiu resolver bem e que consiste em perceber qual é o modelo pretendido para o financiamento do ensino profissional no seu conjunto, tendo em conta que é uma peça fundamental para o cumprimento da escolaridade obrigatória de 18 anos e que há metas para o aumento da proporção de alunos por esta via em relação aos alunos dos cursos científico-humanísticos. É necessário encontrar um modelo de financiamento desta modalidade tão importante na formação de jovens, sem prejuízo de podermos continuar a contar e com que dimensão com o contributo dos fundos europeus, uma vez que não conhecemos o que acontecerá no próximo período de programação.

Sandra Tavares tomou a palavra para abordar, em abstrato, a questão da flexibilidade e elasticidade do programa. Quem trabalha nos fundos sabe que há um mote que permite alocar ou deslocar financiamento, sendo esta a ditadura da execução. Encontramo-nos em 2025, pelo que os setores que vão atrás na execução são aqueles que, a determinada altura, à medida que nos aproximamos de 2029, terão de deixar alocar esse financiamento a outras áreas. Esta é a elasticidade que existe, no momento, dentro do PESSOAS 2030. Quando nos aproximarmos do final do atual quadro, terá de ser avaliada a elasticidade entre programas e entre fundos.

Não havendo mais questões, **Joaquim Bernardo** colocou à votação a proposta de reprogramação, sem prejuízo de pequenos ajustes a fazer e de outros que poderão vir a ser identificados pela própria CE em sede de consulta inter-serviços, e relativamente aos quais se comprometeu manter o Comité informado.

Não tendo resultado da votação quaisquer votos contra ou abstenções, considerou todos os votos como sendo a favor e, como tal, deu a proposta de reprogramação como aprovada.

5. Outros Assuntos

Joaquim Bernardo deixou à consideração dos membros do Comité a possibilidade de colocarem outros assuntos no âmbito do último ponto da ordem de trabalhos.

Cláudia Joaquim interveio para abordar o Prémio dos Fundos Europeus, criado em dezembro de 2024, referindo que, sendo a data-limite para a apresentação das candidaturas o dia 14 de março, aproveitava a oportunidade para pedir a todos os presentes na reunião, incluindo os organismos intermédios, para divulgarem esta informação. Isto porque considera que seria muito importante poder ter, nesta primeira edição dos prémios, em todas as categorias, operações ou projetos muito válidos, que possam servir também de exemplo para outras operações ou para outros projetos, para além de que também teremos a apresentação das propostas aos prémios REGIOSTARS daqui a algum tempo, pelo que seria uma boa forma de serem identificados bons exemplos.

Destacou, ainda, que o PESSOAS 2030 tem sido um forte parceiro neste projeto conjunto que foi criado no âmbito da Rede de Comunicação, agradecendo a colaboração.

Joaquim Bernardo retomou a palavra para reforçar o apelo da presidente da AD&C, e para referir que o programa tem procurado, na medida das suas possibilidades, estimular os seus beneficiários a apresentarem os seus bons projetos.

Não existindo outros assuntos a debater, Joaquim Bernardo procedeu ao encerramento da 6.ª reunião do CA, agradecendo a participação de todos os membros presentes e a toda a equipa do PESSOAS 2030, incluindo os organismos intermédios, bem como à AD&C e aos representantes presentes das tutelas mais diretas, o Ministério da Educação e Ciência, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e também do Ministério da Coesão Territorial.

Lista de Anexos

ANEXO I – Lista nominal de presenças por organismo

ANEXO II – Apresentação de suporte à reunião